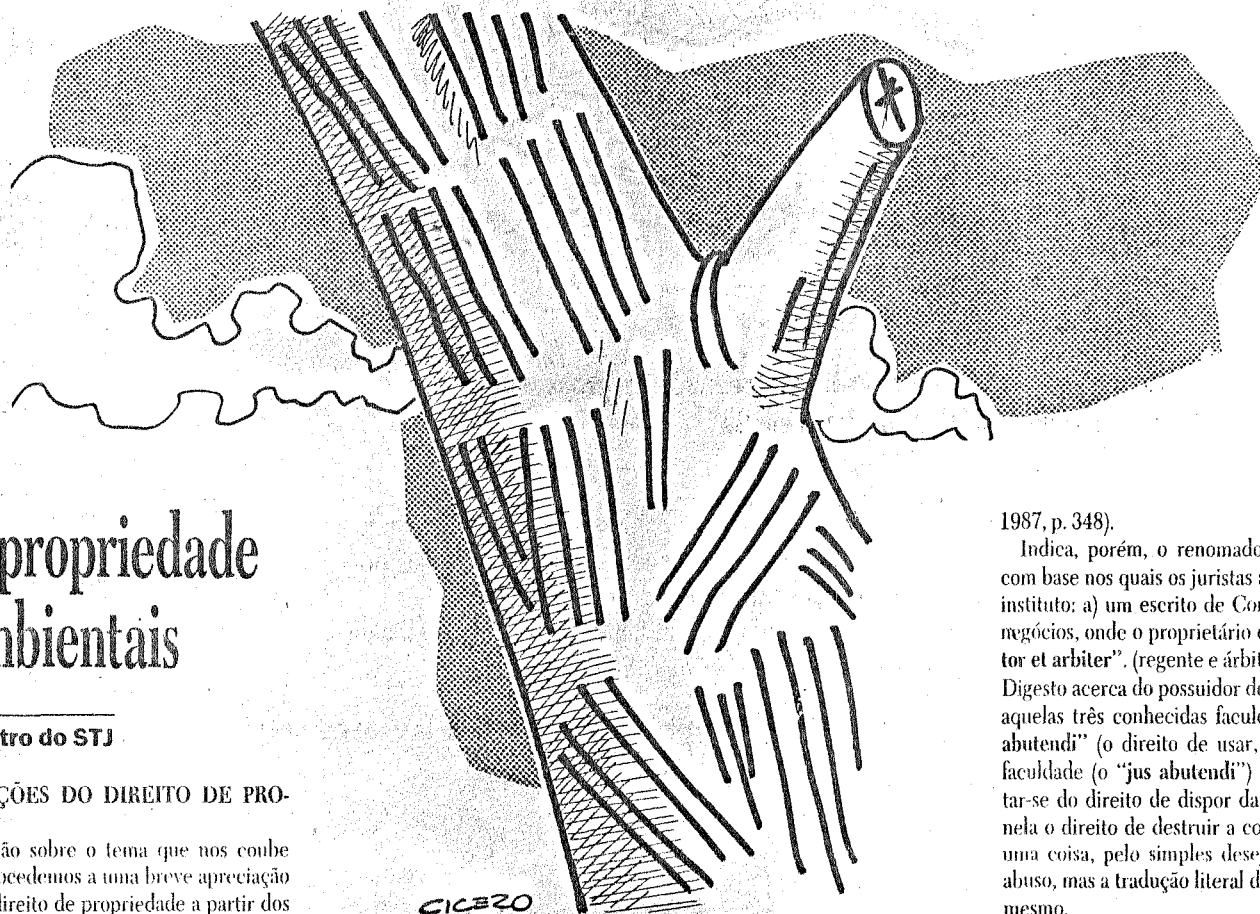


"O poder de fato sobre as coisas preexistiu ao direito e, ainda agora, os animais o exercem, à margem do direito"



Restrição à propriedade pelas leis ambientais

Cláudio Santos, ministro do STJ

I — AS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Para efeito de uma reflexão sobre o tema que nos coube neste congresso de início, procedemos a uma breve apreciação sobre as transformações do direito de propriedade a partir dos romanos. Seja porque se trata de uma civilização de grande importância no mundo antigo, seja porque se cuida de organização jurídica fundamental para todo universo, tal o grau de seu aperfeiçoamento, seja porque sua cultura jurídica é de grande importância, em especial, para os países latinos, como o nosso.

Antes desse marco, de certo, como observa Darcy Bessone, em artigo sobre a "Propriedade" (RT, 33/36-48), havia um poder de fato sobre as coisas, antecedente ao poder de direito. "Convenha-se", diz o autor citado, "contudo, em que, antes de qualquer experiência de direito, antes do Estado e do ordenamento jurídico, o homem já usava, gozava e dispunha materialmente das coisas. Os animais, em geral, também assim procediam. E continuam a proceder, indiferentes às regras e normas que o homem formule. Haverá, com certeza, leis que os animais observam, como, por exemplo, quando coexistem pacificamente e ordenadamente manadas ou rebanhos, ou quando emigram em bandos organizados, ou quando dividem e racionalizam o trabalho; especialmente nos formigueiros ou nas colmeias. Mas, essas são outras leis, não são as que o nosso legislador elabora. Então, pode-se concluir que o poder de fato sobre as coisas preexistiu ao direito e, ainda agora, os animais o exercem, à margem do direito".

Notamos que esse poder de fato era exercido coletivamente, justificando-se a ação conjunta pela carência de instrumentos e

até de meios de defesa a exigir do homem um esforço comum para enfrentar ou dominar a natureza tida, então, como hostil. Acrescente-se a natureza nômade das sociedades e dedicação exclusiva dos homens à caça e à pesca, para melhor compreendermos aquele coletivismo.

O período da chamada "propriedade coletiva" ou da "propriedade coletiva da horda" não ensejou a conceituação do domínio como direito subjetivo, porque naquele estágio da civilização apenas os objetos de uso pessoal eram relevantes ao homem.

Daí não nos fixarmos naquela idade primitiva. Partimos do instante em que as sociedades passaram a assentar-se em determinadas áreas, quando a propriedade, como um produto cultural, uma criação do intelecto, considerada ajustada à organização da vida social, começou a desempenhar um papel importante.

Sem dúvida é em Roma antiga que vamos encontrar a identificação do instituto da propriedade, na sua conceituação subjetiva, individualista e absoluta; ainda que os romanos não a tenham definido, segundo a observação autorizada do ministro Moreira Alves ("Direito Romano", vol. I, 6ª ed., Rio, Forense,

1987, p. 348).

Indica, porém, o renomado romanista os seguintes textos, com base nos quais os juristas apreenderam o conceito daquele instituto: a) um escrito de Constantino pertinente à gestão de negócios, onde o proprietário é considerado "suae rei moderator et arbiter" (regente e árbitro de sua coisa); b) fragmento do Digesto acerca do possuidor de boa-fé, de onde foram extraídas aquelas três conhecidas faculdades, o "jus utendi, fruendi et abutendi" (o direito de usar, fruir e abusar). Sobre a última faculdade (o "jus abutendi") esclarecem alguns autores cogitar-se do direito de dispor da coisa, outros, porém, enxergam nela o direito de destruir a coisa. Na verdade, a destruição de uma coisa, pelo simples desejo de desbarate, parece-nos um abuso, mas a tradução literal da expressão latina quer dizer isso mesmo.

Advogado, professor e magistrado

O ministro Francisco Cláudio de Almeida Santos é piauiense de Parnaíba. Tem 56 anos. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1959. Militou como advogado especializado em Direito Tributário e Comercial e foi advogado-chefe do Departamento Jurídico do Banco do Estado do Ceará, de 1966 a 1982. Entre 1962 e 1966 foi promotor de Justiça, carreira na qual ingressou mediante concurso público, classificado em primeiro lugar.

Em 1982, Cláudio Santos foi elevado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, preenchendo a quota do quinto constitucional. A partir de 18 de maio de 1989, assumiu uma das cadeiras de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Paralelamente às suas atividades, primeiro no Ministério Público e, depois no Judiciário, exerce o magistério superior, como professor titular da cadeira de Legislação Tributária do Centro de Estudos Aplicados da Universidade do Estado do Ceará, desde 1964. E já ministrou diversos cursos de extensão e especialização na Universidade Federal do Ceará.

Cláudio Santos escreve habitualmente ensaios e artigos jurídicos para publicações especializadas e é conferencista em vários fóruns nacionais. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

LIVRARIA ACADEMICA

informa:

**CARTÃO DE CRÉDITO
OU 3 VEZES SEM JUROS**

Recebemos:

- Direito Constitucional (Canotilho)
- Curso de Direito Constitucional Positivo (José Afonso da Silva)
- Elementos de Direito Constitucional (Michel Temer)
- Coleção Resumos (Maximilianus)
- Código Civil/Processo Civil - 1992 (Negrão)
- Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial

SDS Ed. Venâncio VI Loja 23 Tel: 223-3102

COBRANÇAS

S/DESPESAS PARA CRÉDOR

CHEQUES DUPLICATAS

CARNÊS - PROMISSÓRIAS

ALUGUEIS-CONTRATOS

CONDOMÍNIOS

express

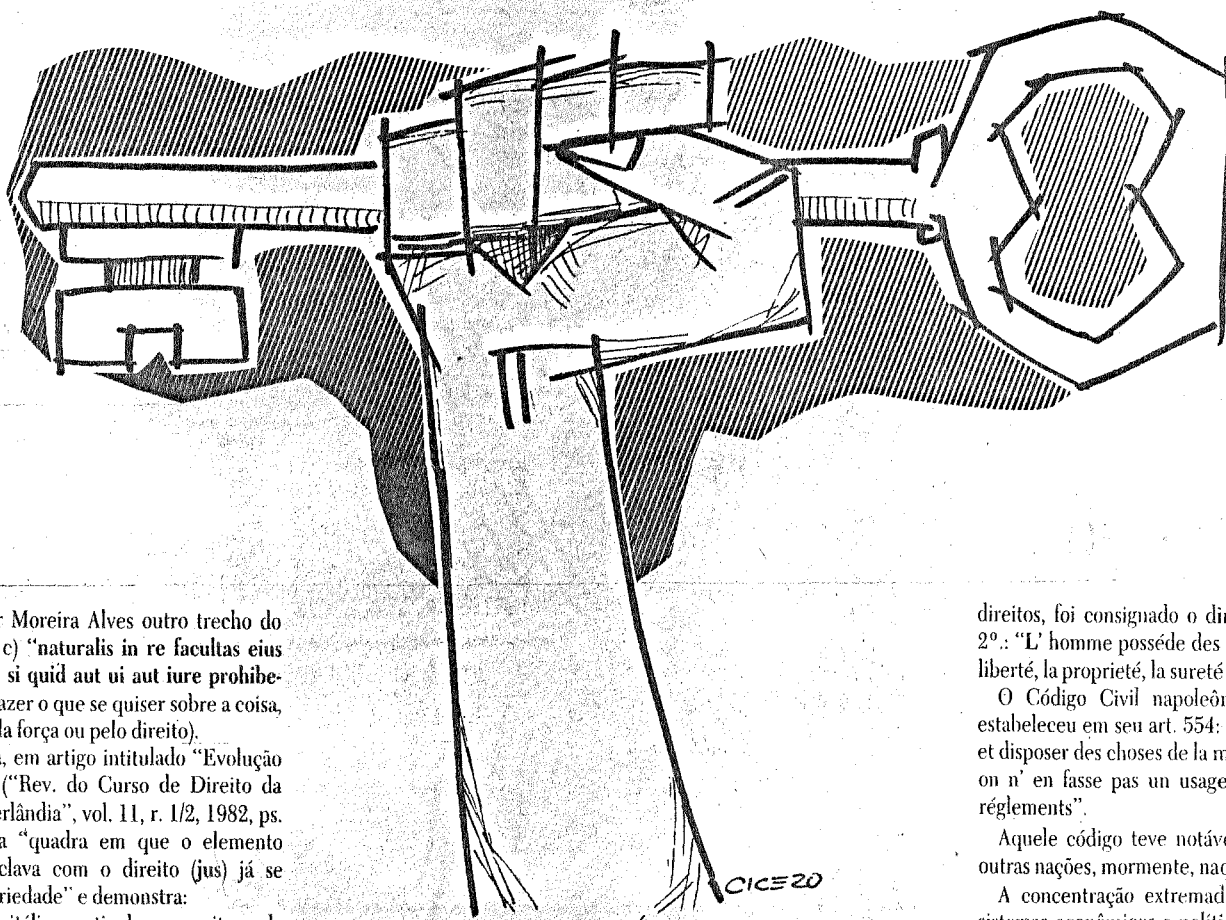
ASSESSORIA DE COBRANÇAS

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

SCS - ED. CEARA - CONJUNTO 1103

FONE (GERAL) 226-2744

"Na Idade Média a propriedade guardou o cunho individualista, todavia, não manteve o caráter unitário."



Recorda, ainda, o professor Moreira Alves outro trecho do Digesto relativo à liberdade: c) "naturalis in re facultas eius quod cuique facere libet, nisi si quid aut vi aut iure prohibetur" (faculdade natural de se fazer o que se quiser sobre a coisa, exceto aquilo que é vedado pela força ou pelo direito).

Caio Mario da Silva Pereira, em artigo intitulado "Evolução do Direito de Propriedade" ("Rev. do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia", vol. 11, r. 1/2, 1982, ps. 219-230), acentua que numa "quadra em que o elemento religioso (fas) ainda se mesclava com o direito (jus) já se desenhava a estrutura da propriedade" e demonstra:

"as sociedades helênicas e itálicas articularam muito cedo este conceito. Cada família possuía os seus deuses, o seu altar doméstico. Cada dia o pater reunia a família para propiciar os seus deuses. Mas estes deuses eram particulares, pertencentes a cada família. Eram dii lares, ou penates. Eram reverenciados no altar doméstico, lar. E porque eram particulares, era mister existisse em torno do lar (que passou a designar a própria casa) uma certa distância, delimitada pela cerca sagrada. Esta cerca, que era o marco sagrado dos limites do culto, assinalava a concepção ao mesmo tempo religiosa e jurídica da propriedade."

Quando, mais tarde, a religião da cidade assumiu maiores proporções e o seu culto substituiu o dos deuses domésticos, a propriedade substituiu arraigada na consciência de todos".

Mas, dentro da vida romana, a propriedade evoluiu, passando no individualismo exagerado do período da propriedade quirítaria ("ex iure quirítium") à aceitação de restrições tais como a distinção entre domínio direto e útil e a constrição da defesa da posse pelos interditos.

Ainda no império romano acentuam-se as limitações impostas ao direito de propriedade, em particular, tocante aos direitos de vizinhança, à inobstrução dos cursos naturais d'água e até às posturas urbanas, sobretudo no período clássico. Na fase pós-clássica, impõe-se a perda da propriedade não cultivada em favor de quem a cultivou por um certo tempo.

Na Idade Média, sob o feudalismo, a propriedade guardou o cunho individualista, todavia, não manteve o caráter unitário. Ao contrário, o domínio desdobrou-se sobrepondo o domínio eminente do soberano sobre o domínio útil do senhor feudal, sendo uma forma desse dualismo medieval a nossa enfiteuse.

"O fulcro da propriedade", diz Caio Mário, "que assentava na aliança com a religião, assumiu uma conotação diferente, e passou a compor o binômio propriedade-política" (ob. cit., p. 222).

Orlando Gomes, com clarividência, esclarece:

"O que caracteriza essencialmente a propriedade medieval, como forma de disciplina das relações de produção, é, em primeiro lugar, a primazia que confere aos bens imóveis. Na estrutura econômica da feudalidade, a terra é o bem principal

que tem prioridade, porque a subsistência social depende, fundamentalmente, do seu cultivo. Da importância social que esse bem de produção usufruía nessa estrutura decorrem consequências que singularizam o regime jurídico da propriedade. Sua exploração tomou, juridicamente, a forma de vínculo entre os que a possuíam, mas não a cultivavam, e os que a trabalhavam, mas dela não eram donos. A estes, se reconheceu o direito de possuí-la com a obrigação, porém, de satisfazer perpetuamente determinadas prestações, que revestiam diversas formas. Em suma, tinham um direito real na coisa alheia, mas não a propriedade. Conservava-se esta no domínio eminente das famílias nobres, que a senhoreavam, sem a trabalhar. Mas o direito dos que a cultivavam era, no fundo, um autêntico domínio, paralelo ao outro, posto que sujeito a encargos irredutíveis, que vieram a ser considerados injustos, quando as forças produtivas se desenvolveram e reclamaram novas formas jurídicas. Havia, pois, duas classes de proprietários sobre o mesmo bem, ainda que um deles, o que a utilizava economicamente, não tivesse propriamente a propriedade. Em substância, caracterizava-se o regime por curiosa fragmentação da propriedade. Esse traço distintivo foi assinalado incisivamente por Chaullaye, ao observar que a originalidade da propriedade fundiária feudal está em que a mesma terra tem vários proprietários, subordinados uns aos outros, e tendo sobre ela poderes mais ou menos extensos ("Histoire de la Propriété, Paris, 1948"). (in "Evolução Contemporânea do Direito de Propriedade", RF, vol. 149, ps. 9-16).

O ciclo seguinte ao feudal é o resultante de imensas transformações sociais e econômicas, posterior ao período das grandes descobertas marítimas. As novas forças produtivas e os novos anseios políticos desencadearam novo regime jurídico para a propriedade, antagônico ao anterior e retomante do conceito unitário vindo de Roma.

A revolução francesa é a nova vertente desse estágio. Proclamou os Direitos do Homem e do Cidadão, e, dentre esses

direitos, foi consignado o direito de propriedade, no seu art. 2º: "L'homme possède des droits naturels, imprescriptibles: la liberté, la propriété, la sûreté et la résistance à l'oppression".

O Código Civil napoleônico absorveu o neo-conceito e estabeleceu em seu art. 554: "La propriété est le droit de jouir et disposer des choses de la manière la plus absolue, pourvu qu'on n'en fasse pas un usage prohibé par les lois ou par les règlements".

Aquele código teve notável influência sobre os códigos de outras nações, mormente, naquelas de raça latina.

A concentração extremada das riquezas favorecidas pelos sistemas econômicos e políticos então adotados, todavia, acarretou a reação dos idealistas socialistas e comunistas, adeptos da propriedade coletiva ou estatal, que veio a implantar-se em vários países e vigorar até recentes dias.

Esse choque de idéias acabou por repercutir no conceito da propriedade, e, no começo deste século (1902), Léon Duguit proferia, em Buenos Aires, seis conferências, na última delas lançando o substrato da tese de não ser a propriedade um direito subjetivo absoluto, inviolável e perpétuo, mas um direito de relevante função social. Era a teoria da propriedade-função, mais tarde trilhada por Josserand ao formular a teoria da relatividade dos direitos.

A teoria ganhou espaço na famosa Constituição de Weimar, em cujo art. 53, dispôs: "A propriedade obriga o seu uso e exercício devem, ao mesmo tempo, representar uma função no interesse social".

Surge assim ao plano maior do direito constitucional a idéia da propriedade função-social, um tanto amorfa, indefinida, segundo a observação de Caio Mário, também manifestada por Orlando Gomes.

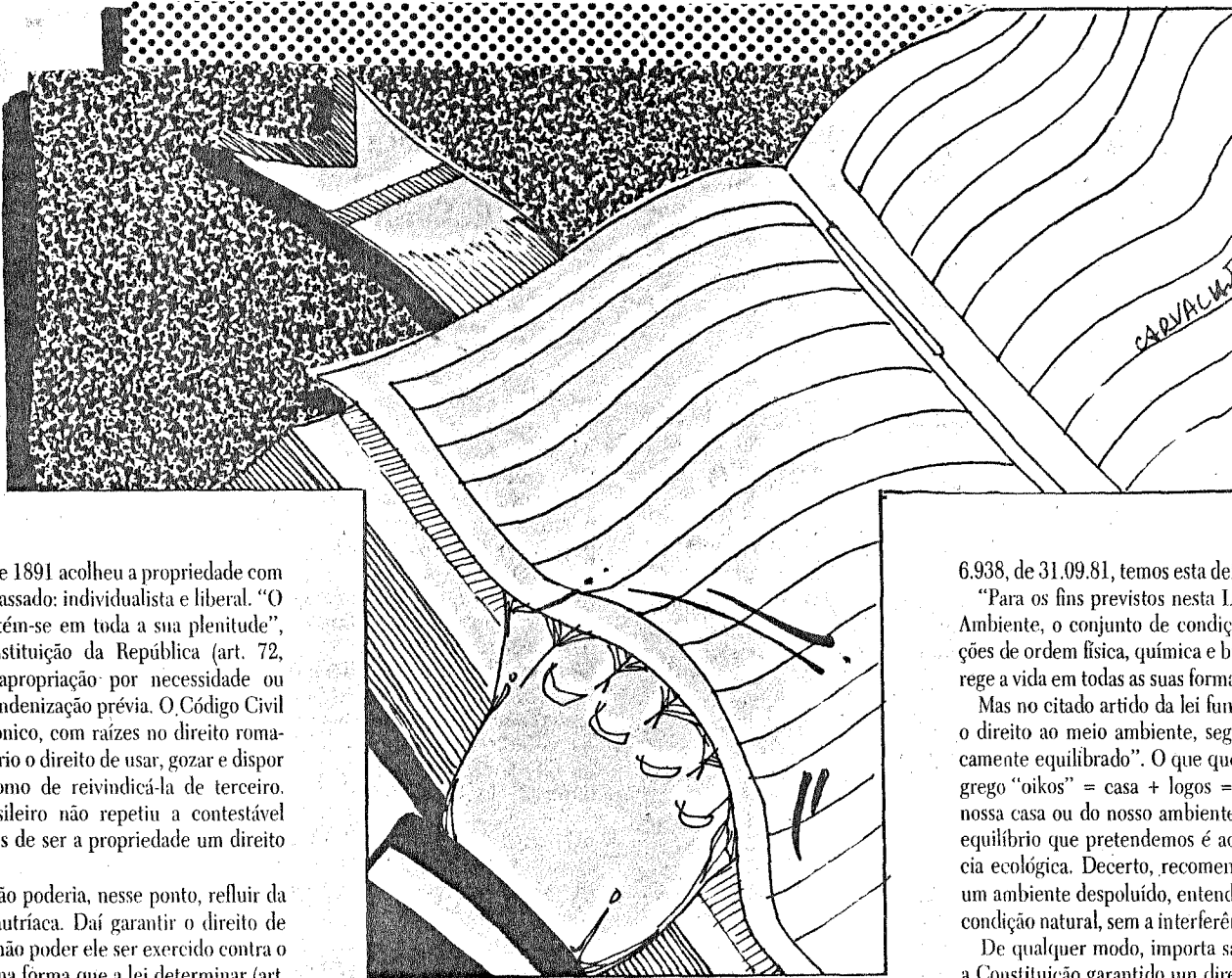
"A abrangência da função social convém seja definida em lei", adverte advogado Raimundo Bazerra Falcão ("A Função Social da Propriedade", in RDP, n. 55-56/308-320).

O já citado Darcy Bessone, entretanto, deixa clara a utilidade da teoria ao chegar à conclusão de caminhar-se, "naturalmente, para a teoria social, segundo a qual a questão da propriedade privada se resolve na da conveniência, em cada momento histórico e atendidas as circunstâncias sócio-econômicas do tempo de sua instituição, ou de sua estruturação sob uma ou outra forma". "Não há diferença ponderável", assevera o recitado civilista mineiro, "entre essa doutrina e a teoria legal ou de direito positivo que colocou o instituto da propriedade no campo discricionário do legislador, como intérprete das conveniências sociais" (ob. cit. ps. 42-43). O artigo de Darcy Bessone escrito há quase trinta anos é bastante atual.

Mas é tempo de transportarmos nossas preocupações para o direito brasileiro.

II — O DIREITO DE PROPRIEDADE NAS ANTERIORES CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

"O Código Civil napoleônico teve notável influência sobre os códigos de outras nações, mormente, naquelas de raça latina"



A Constituição brasileira de 1891 acolheu a propriedade com as características do século passado: individualista e liberal. "O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude", estabelecia a primeira Constituição da República (art. 72, parágrafo 17), salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O Código Civil perfilhou o conceito napoleônico, com raízes no direito romano, assegurando ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor da coisa (art. 524), bem como de reivindicá-la de terceiro. Inspirado, o legislador brasileiro não repetiu a contestável afirmação do Código Francês de ser a propriedade um direito absoluto.

A Constituição de 1934 não poderia, nesse ponto, refluir da influência da Constituição austríaca. Daí garantir o direito de propriedade, mas expressar não poder ele ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar (art. 113, parágrafo 17). A Carta de 37 não evoluiu. Limitou-se a dizer que o conteúdo estaria definido nas leis que regulassem o exercício do direito de propriedade. De qualquer modo, desde 34 a noção da propriedade função-social já se albergara no direito brasileiro.

A Constituição de 1946, em seu art. 146, condicionou o uso da propriedade ao bem-estar social. A partir daí pode-se afirmar que a propriedade em nosso direito é uma garantia fundamental individual, sujeita, contudo, a restrições e limitações em benefício da coletividade.

Por óbvio, tais imposições à propriedade não tinham vínculos diretos com a natureza em si ou com a sua preservação e manutenção do equilíbrio natural do ambiente ou do meio em que vivemos. As preocupações dos pensadores, dos administradores da coisa pública, eram outras. Tinha mais a ver com a igualdade de oportunidade a todos, com a subsistência da pessoa humana considerada individualmente e com o controle de materiais estratégicos pelo Estado.

Um fantasma ronda o planeta, entretanto, neste fim de século. O de sua destruição e, por consequência, de todo vestígio de vida na Terra.

A derrubada das florestas, a poluição dos rios, dos lagos, dos mares e do próprio ar são fenômenos que ocorrem com frequência em todo mundo, principalmente, nos países industrializados. E esses fenômenos, sentidos e percebidos, por todos nós, têm ocasionado queda sensível na qualidade de vida do homem em todos quadrantes da Terra. Tais agressões à natureza são notórias e prenunciam o holocausto coletivo.

III — O DIREITO AO AMBIENTE NATURAL E EQUILIBRADO, COMO BEM DE USO COMUM, NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Não foi assim fora de tempo que o Constituinte de 1988 despertou sua atenção para o problema da defesa da natureza. A questão vinha sendo debatida em auditórios científicos e reservados, mas ganhou destaque no grande foro nacional em que se transformou, como era natural, o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. E o resultado foi favorável

aos defensores do ambiente sadio e equilibrado.

A Constituição Brasileira de 1988, além de vários dispositivos esparsos, tem um capítulo (VI) destinado ao meio ambiente, inserido no título "Da ordem social".

Encontra-se naquela parte o art. 225, em cujo caput se lê:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essência à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Afirmo ter chegado em bom tempo esse direito a todos reconhecido, porque há uma consciência universal de que, tanto quanto possível, a natureza deve ser conservada como bem natural e indispensável à vida e à saúde dos seres e o direito não pode desajustar-se da realidade fática. Se a sociedade sente a necessidade de cuidar da natureza, inclusive para sua própria sobrevivência, há forçosamente o direito que se transmuta para o reexame de faculdades tidas como dogmas, mas que, de verdade, não o são, e, assim, renormatizar relações como a propriedade que não pode mais ser considerada como direito sagrado e absoluto, principalmente, tocante à propriedade imóvel.

No preceptivo constitucional cuja cabeça foi destacada, segundo alguns autores deparamo-nos com o ápice da defesa dos interesses difusos, uma nova ordem de interesses que a Constituição brasileira de 1988 veio colocar ao lado dos direitos individuais e dos direitos sociais.

A redação do dispositivo citado não é das mais felizes. Com efeito, ainda que de uso frequente consagrado no direito positivo a expressão "meio ambiente" pode parecer pleonástica, pois o meio é também o lugar onde se vive ou seja o ambiente, mas no conhecido dicionário do Aurélio encontramos a composição "meio ambiente" como "o conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e os seres humanos". E no art. 3º, I, da Lei nº

6.938, de 31.09.81, temos esta definição:

"Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I — Meio Ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Mas no citado artigo da lei fundamental, após estabelecer-se o direito ao meio ambiente, segue-se a qualificação "ecologicamente equilibrado". O que quer dizer isso? A "ecologia" (do grego "oikos" = casa + logos = estudo), significa o estudo de nossa casa ou do nosso ambiente ou do planeta terra. Então o equilíbrio que pretendemos é aquele recomendado pela ciência ecológica. Decerto, recomenda a Carta Magna o direito a um ambiente despoluído, entendendo-se como equilíbrio a sua condição natural, sem a interferência humana além dos limites.

De qualquer modo, importa sabermos e entendermos haver a Constituição garantido um direito à natureza hígida e equilibrada, o que resulta em restrições a vários direitos individuais do homem, dentre os quais, o direito de propriedade, à atuação do Estado, da própria sociedade e até do homem isoladamente, para impedir a ação predadora de um semelhante ou de algum grupo.

Reafirmamos, ainda, a elevação da natureza à categoria de bem jurídico essencial à vida do homem.

A Constituição conceituou o meio ambiente como bem de uso comum do povo, o que compreende a fruição da natureza equilibrada por todos. Não só a água, os mares, os rios, os lagos, como as árvores, não só o ar como os animais, nada pode ser destruído ou eliminado porque não pertence a nenhum, mas ao povo.

O bem de uso comum do povo, por óbvio, contrapõe-se ao bem privado, e deve primar sobre este. É a lição de Santo Thomaz de Aquino, na "Summa Theológica", a demonstrar que os bens da natureza destinam-se a todos os homens sem regalias.

Em uma exposição como a que fazemos, não é fácil elencar todas restrições ao direito de propriedade. Uma certeza no entanto é indissociável: o *jus abutendi* está claramente eliminado como faculdade do direito de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro e o direito de usar e gozar (*jus utendi et fruendi*) está condicionado às disposições constitucionais e legais integrantes daquele ordenamento.

Reproduzo os parágrafos do art. 225, retrotranscrito, de onde emanam inúmeras vertentes de limitações quer ao direito de liberdade, quer ao direito de propriedade:

"Parágrafo 1º. Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público:

I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente prote-

"A Constituição garantiu um direito à natureza hígida e equilibrada, o que resulta em restrições a vários direitos individuais"



gidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV — exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V — controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI — promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Parágrafo 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Parágrafo 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Parágrafo 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos minerais.

Parágrafo 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Parágrafo 6º. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Não é só. Paulo de Bessa Antunes, em seu "Curso de Direito Ambiental", Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 1990, lembra:

"Em sede constitucional são encontráveis os seguintes pontos dedicados ao meio ambiente: art. 5º, LXXII; art. 23, VI e VII; art. 24, VI e VIII; art. 129, III; art. 170, VI, art. 174, par. 3º, art. 200, VIII; art. 216, V e art. 225.

Dos artigos que foram acima arrolados, ressaí evidente que foram criadas normas de natureza processual (art. 5º, LXXIII; art. 129, III), de natureza penal (art. 225, par. 3º); de natureza econômica (art. 170, VI; art. 174, par. 3º, art. 225, par. 2º); de natureza sanitária (art. 200, VIII); de natureza tutelar administrativa (art. 225, caput, art. 23, VII, art. 225, par. 1º, e par. 4º); art. 174, par. 3º, 23, VI, 216, V; art. 225, par. 2º, e 225, par. 6º) além de normas atributivas de competência legislativa (art. 24, VI e VII; 23, VI).

Parece-me que do ponto de vista normativo, a situação

brasileira é bastante razoável, havendo uma estrutura mínima capaz de assegurar que não haja uma total destruição do nosso país. Contudo, convém relembrar que o direito não se restringe às normas mas, pelo contrário, o direito é a aplicação concreta dos textos legais. Desta forma, o direito ambiental brasileiro é algo que ainda está por ser feito, pois o grau de eficácia de suas normas é, por ora, muito pequeno; cabe-nos fazer com que estes se ampliem e se tornem efetivos. Aqui não posso deixar de acrescentar que o Ministério Público e o Poder Judiciário desempenham um papel chave em toda a problemática ambiental" (p. 65).

Efetivamente, o problema da defesa concreta, além de ter conotação cultural, depende dos meios ou instrumental de processo disponíveis na ordem jurídica.

Por isso, destacamos a garantia inserta no art. 5º, LXXIII, da Constituição, onde está escrito:

"— qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência."

E ao Ministério Público, como função constitucional, atribuiu-se, no art. 129, III:

"— promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;"

Aí estão eficazes instrumentos processuais ao alcance do cidadão e do Ministério Público para a defesa do ambiente.

IV — UMA NOVA CONCEPÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE AUTURAL RELATIVO AS TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

É intuitivo que o desenvolvimento de técnicas de preservação da natureza exija a aplicação de grande volume de recursos financeiros, disponíveis apenas nas mãos das grandes potências mundiais, ou, quando muito, em poder de multinacionais.

Somente grupos poderosos, governamentais ou não, têm condições de desenvolver projetos de combate à poluição e de conservação do ambiente.

Desse modo, é muito pouco provável que, como nos séculos passados, cientistas em seus laboratórios, solitários, tenham elementos materiais para descobrir fórmulas ou produzir inventos, capazes de controlar o equilíbrio da natureza. A questão, aliás, diz respeito à segurança de todos habitantes da terra, ou seja, à segurança planetária, e transcende às forças individuais.

Por isso, devemos refletir sobre o tema admitindo que estão ou estarão, brevemente, nas mãos das nações mais desenvolvidas meios para impedir a degradação da natureza, às quais se somente elas tiveram acesso anularão seu próprio esforço de melhoria do universo.

Daí, no plano interno, condicionar a lei maior direito da propriedade autoral a interesses mais relevantes, conforme expresso no inciso XXIX, do art. 5º, da Constituição:

"A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;"

No plano internacional devemos lutar para que os inventos pertinentes ao resguardo do ambiente sadio estejam ao alcance de todas as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento, sem troca de valores da ordem política ou econômica ou de privilégios ainda que passageiros.

Trata-se de uma questão que poderá ser submetida à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a realizar-se no Rio de Janeiro e talvez possa vir a ser incluída na Carta da Terra, instrumento internacional da mesma natureza da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deverá ser assinado naquela magna conferência internacional.

Terminando, repetimos não ser a propriedade um direito ilimitado ou irrestrito. Desde o começo do século que se tem a consciência de sua sujeição ao bem-estar social, conveniência, hoje, bem mais ampla, pois, segundo evidenciamos, os abusos cometidos com fundamento na inviolabilidade ao direito de propriedade não encontram respaldo nos atuais disciplinamentos jurídicos, no nível nacional e supranacional.

A consciência dessa transformação devemos tê-la, todos, juristas, sociólogos, economistas, administradores, banqueiros, empresários, estudantes, trabalhadores e crianças, porque só assim poderemos, a um custo menos, e com menos sacrifício, preservar um dom insubstituível, que é a vida.

(Conferência pronunciada no I Congresso Internacional de Direito Ecológico e Humanitário, recentemente realizado em Brasília, por iniciativa do Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional de Direito Militar e de Direito Humanitário).